

# NOTA PRÁTICA

## Alavancando a liderança do Brasil em ações climáticas e ambientais para a segurança humana

Laís Clemente Pereira  
Benjamin Pohl

Setembro 2025



**AUTORES**

Laís Clemente Pereira  
Benjamin Pohl

**REVISÃO E TRADUÇÃO**

Maria Heloisa Alves de Moraes

**LAYOUT**

Odile Stabon

**SUGESTÃO DE CITAÇÃO**

Clemente Pereira, Laís; Pohl, Benjamin (2025) Alavancando a liderança do Brasil em ações climáticas e ambientais para a segurança humana. Berlin: adelphi global (gGmbH).

**AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos aos distintos participantes de diversos setores presentes na BCSC-Rio. Esses participantes incluem representantes da sociedade civil, academia, governo nacional e organizações internacionais, cujas contribuições inestimáveis enriqueceram significativamente este documento. As ideias apresentadas refletem os saberes coletivos compartilhados durante a Conferência de Clima e Segurança de Berlim no Rio de Janeiro (BCSC-Rio), um evento organizado pela adelphi global, pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pelo Instituto Igarapé e pela Fundação Konrad Adenauer. Entre os colaboradores estão: Beatriz Mattos (Plataforma Cipó), Camila Asano (Conectas Direitos Humanos), Danielle Batista (KAS), Elena Lazarou (ELIA-MEP), Julia Neiva (Conectas Direitos Humanos), Luiz Gustavo Carlos (KAS), Marcelo Della Nina (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), Monica Amador-Jimenez (Instituto Pan-Amazônico - IPA), Nivio Nascimento (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Philipp Gerhard (KAS), Robert Muggah (Instituto Igarapé), Tainah Godoy (Coalizão Brasileira sobre Clima, Florestas e Agricultura), Timon Lepold (Embaixada da Alemanha no Brasil).

**CRÉDITOS DA IMAGEM DE CAPA**

Rodrigo Kughnarski/unsplash

**APOIO****ESTE RELATÓRIO É UM RESULTADO DE****PUBLICADO POR**

adelphi global gemeinnützige GmbH  
Alt-Moabit 91  
10559 Berlin  
+49 (030) 8900068-0  
office@adelphi-global.de  
www.adelphi-global.de

**AVISO LEGAL**

Para os textos desta publicação, a adelphi global concede uma licença nos termos da Creative Commons Attribution No Derivatives 4.0 International. Você pode reproduzir e compartilhar o material licenciado se nomear a adelphi global da seguinte forma: '© adelphi global gGmbH, CC BY ND 4.0' e fornecer um link para o texto original. Fotografias e gráficos não estão cobertos por esta licença. Em caso de dúvida, por favor, entre em contato com a adelphi global antes de reutilizar o material.

# Contexto

O Brasil e a vasta região da América Latina e do Caribe (ALC) encaram obstáculos consideráveis na interseção entre Clima, Paz e Segurança (CPS). O Brasil enfrenta eventos climáticos extremos, como grandes inundações e secas, que levam ao deslocamento e à perda de meios de subsistência. O desmatamento e os incêndios contribuem ainda mais para a mudança climática global, além de ameaçar os meios de subsistência das comunidades tradicionais através da escalada violenta de disputas de terras.

O Brasil também enfrenta elevados índices de criminalidade e a atuação de diversas organizações criminosas. Nos últimos anos, esses grupos intensificaram suas ações em áreas ricas em biodiversidade, como a região amazônica, envolvendo-se em atividades como mineração e extração ilegal de madeira. Isso compromete os ecossistemas e agrava a vulnerabilidade de grupos já fragilizados.

Por décadas, o Brasil tem desempenhado um papel crucial nas discussões sobre mudanças climáticas em fóruns internacionais. Foi neste país sul-americano que, em 1992, durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, foram estabelecidas as três Convenções do Rio: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Historicamente, o Brasil exerceu um papel significativo nas negociações das Conferências das Partes (COPs) e está prestes a sediar a COP30 da UNFCCC na cidade amazônica de Belém. Nesse cenário, visando criar soluções locais, uma versão regional da Conferência de Clima e Segurança de Berlim (BCSC) foi organizada no Rio de Janeiro em junho de 2025, paralelamente à XXII Conferência de Segurança Internacional do Forte. A BCSC-Rio fundamentou-se nos resultados da BCSC-Cali em 2024, congregando atores locais e internacionais nas áreas do clima e de segurança, com o objetivo de debater os desafios singulares de CPS que se manifestam no contexto brasileiro, assim como na abrangência maior da ALC. Além disso, foram discutidas possibilidades de cooperação e parcerias entre Brasil, América Latina e Caribe (ALC) e Europa, com o intuito de alavancar o existente panorama de instrumentos políticos e estabelecer uma agenda adequada à realidade local sobre as interconexões entre as mudanças ambientais e a segurança humana, tanto na trajetória rumo à COP30 quanto posteriormente.

A BCSC-Rio foi organizada pela adelphi global, pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pelo Instituto Igarapé e pela Konrad Adenauer Stiftung. Desde a sua criação em 2019, a BCSC se firmou como o espaço global de diálogo entre governos, organizações internacionais, especialistas e profissionais da área. A edição principal em Berlim e suas conferências regionais contribuem para a preparação da agenda antes de fóruns internacionais, como as Conferências das Partes (COPs) sobre clima, degradação da terra e desertificação, e da biodiversidade. Esta Nota Prática fornece uma visão geral das discussões que ocorreram na BCSC-Rio, destacando seus principais pontos e caminhos a seguir. Também detalha os próximos passos necessários para avançar com essas iniciativas.



Pantanal © sabino-jose/pixabay



A cidade de Canoas durante as enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, parte de uma área afetada com aproximadamente o tamanho do Reino Unido. © Ricardo Stuckert/CC BY-SA 2.0

## Principais conclusões

### Segurança climática no contexto brasileiro

A mudança climática atua como um multiplicador de ameaças, agravando vulnerabilidades e desigualdades previamente existentes. A maneira como isso se apresenta difere entre países e regiões. O Brasil lida com uma série de desafios complexos, nos quais a mudança climática, a deterioração ambiental e a segurança humana se entrelaçam. [Cinco pathways](#) – ou caminhos de risco – demonstram como essas dinâmicas estão profundamente interligadas: conflitos relacionados à terra, disputas por água, crimes ambientais, eventos climáticos extremos, e a implementação inadequada de políticas climáticas e ambientais. Essas dinâmicas não apenas ameaçam os ecossistemas do Brasil, mas também exacerbam vulnerabilidades, especialmente entre seus grupos mais marginalizados, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, e as populações ribeirinhas.

**Os conflitos ligados à terra** figuram entre os riscos mais significativos, uma vez que as comunidades tradicionais se veem diante de deslocamento, violência e perda de meios de subsistência em decorrência do desmatamento, da atividade mineradora e crescimento do agronegócio. Por exemplo, a grilagem de terras na Amazônia [aumentou mais de 300%](#) between 2018 and 2023, with nearly 20,000 rural properties occupying Indigenous lands and conservation areas as of 2024.

Mesmo com a abundância de recursos hídricos no território brasileiro, as **disputas por água** vêm se intensificando. O crescimento quase [cinco vezes maior nos conflitos](#) ligados ao acesso e uso da água entre 2005 e 2021 evidencia a intensificação da disputa por esse bem natural. Atividades agrícolas em grande escala e projetos hidrelétricos, como a usina de Belo Monte, têm contribuído para a escassez de água, a poluição e o deslocamento em várias áreas do país, comprometendo os meios de subsistência locais e aumentando a insegurança alimentar.

Os **crimes ambientais**, englobando o desmatamento ilícito, a extração mineral indiscriminada e o comércio de fauna silvestre, constituem outra ameaça crucial. Essas ações, muitas vezes fomentadas pelo crime organizado, contribuem para o desmatamento, a diminuição da biodiversidade e a agressão às comunidades tradicionais e aos defensores do meio ambiente. No ano de 2023, [25 defensores foram vítimas de homicídio](#) no Brasil. **Eventos climáticos extremos**, como enchentes, períodos de estiagem e incêndios florestais, constituem uma outra fonte de riscos. Em 2023, [mais de 745.000 pessoas foram deslocadas](#) devido a desastres causados pelo clima. No ano seguinte, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou [inundações sem precedentes](#), afetando até 2,4 milhões de pessoas e deslocando quase 600.000 indivíduos.

Por fim, a **aplicação deficiente de políticas ambientais e climáticas** pode aumentar os riscos à segurança humana. Projetos de créditos de carbono, por exemplo, frequentemente atribuem alto valor econômico à terra para fins de reflorestamento ou conservação, o que incentiva a apropriação de terras por atores externos que buscam lucrar com essas iniciativas. As comunidades tradicionais são particularmente vulneráveis, pois em muitos casos não possuem títulos de terra formais, o que facilita a reivindicação ou a tomada forçada de suas terras. Apesar de seu papel crítico na conservação das florestas, [as populações que vivem nessas terras com freqüência recebem benefícios financeiros mínimos ou inexistentes](#).

Embora o Brasil tenha um conjunto de políticas e atores políticos encarregados de abordar essas questões, a implementação ainda é um desafio crucial devido a problemas como financiamento insuficiente, falta de cooperação entre agências, influência do lobby corporativo e a polarização política da agenda climática.

## A criminalidade acelera as mudanças climáticas

Embora os choques e estressores climáticos afetem a segurança no Brasil, é igualmente relevante analisar de que forma os problemas crônicos de segurança pública do país agravam os riscos climáticos. A extração mineral irregular, por exemplo, não apenas resulta em violações de direitos humanos, como trabalho forçado e violência de gênero, mas também contamina o solo e as fontes hídricas, comprometendo a saúde e os meios de sobrevivência das comunidades locais. Esses danos ambientais reduzem a capacidade dos ecossistemas de fornecer serviços essenciais, enfraquecendo assim a resiliência às mudanças climáticas. Além disso, a apropriação de terras desloca comunidades tradicionais, alimenta conflitos e acelera o desmatamento, contribuindo para as emissões de carbono e a perda de biodiversidade. Dessa forma, os desafios de segurança não são apenas uma consequência das mudanças climáticas, mas também um fator significativo para as emissões de gases de efeito estufa e os danos ambientais.

## Engajamento com o Brasil em CPS: definindo temas e fóruns estratégicos

O Brasil, assim como os outros integrantes dos BRICS, historicamente demonstrou ceticismo em relação à agenda de Clima, Paz e Segurança. Isso é muitas vezes atribuído ao receio de securitizar a agenda climática. No caso brasileiro, o [medo de intervenção externa](#), especialmente em relação aos recursos naturais na região amazônica, é uma reserva de décadas que une ambos os lados do espectro político. Além disso, o foco de muitas discussões de CPS em guerras civis não ressoa necessariamente em um continente onde muitas ameaças à segurança decorrem da violência relacionada ao crime.

A resistência é especialmente notável no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), onde o Brasil não tem assento permanente nem poder de voto. A atual administração de Lula tem defendido publicamente a necessidade de uma [reforma do Conselho de Segurança da ONU](#). Apesar de os temores em relação à securitização ainda estarem presentes na diplomacia brasileira, o país reconhece as conexões entre as mudanças climáticas e a segurança humana. Um exemplo que reforça essa ideia é a diversidade de [estratégias](#) que o Brasil tem empregado para lidar com suas questões internas. Isso inclui iniciativas para fortalecer a resiliência climática, sistemas de alerta precoce e o aumento da segurança alimentar. Como resultado, o país saiu novamente do [Mapa da Fome da FAO em 2025](#).



Policiais do IBAMA durante a apreensão de mais de 7.000 toras extraídas ilegalmente da Terra Indígena Pirititi, em Roraima.  
© Felipe Werneck/Ibama CC BY-SA 2.0

A questão, portanto, é encontrar os fóruns mais apropriados para avançar nas discussões e cooperar em questões de clima, paz e segurança. A segurança alimentar, por exemplo, é uma questão dentro do conexão CPS que o Brasil historicamente tem abordado de forma muito proativa em fóruns globais. Em 2024, no contexto do G20, o país propôs a [Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza](#), um tratado multilateral lançado durante a cúpula de líderes do G20 no Rio de Janeiro, atualmente com 101 países membros. Regionalmente, no contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Brasil está cooperando com outros países amazônicos na redução das vulnerabilidades na região, aumentando a resiliência das comunidades tradicionais em toda a região e na troca de inteligência policial no combate aos crimes ambientais. Embora ainda não se saiba até que ponto diferentes tópicos da agenda do CPS estarão presentes na COP30, o Brasil tem sido particularmente vocal em questões como financiamento climático e proteção das comunidades indígenas.

## Crime ambiental como uma questão de segurança climática global

O crime ambiental é cada vez mais visto como uma questão de segurança que compromete a estabilidade dos ecossistemas e das comunidades. Hoje, é a [terceira atividade criminosa mais rentável do planeta](#), só ficando atrás do tráfico de drogas e do contrabando. Está igualmente cada vez mais [conectado ao crime organizado global](#). As infrações ambientais colocam em risco a segurança local, nacional e global ao alimentar a corrupção, financiar o crime organizado, aumentar os conflitos por recursos e comprometer ecossistemas essenciais para a regulação do clima, como a Amazônia. O Brasil enfrenta essa questão de forma especialmente crítica, registrando uma média de [4.000 casos por mês](#) desde 2020. Enfrentar esse desafio exige ação tanto no âmbito nacional quanto por meio da cooperação internacional.

Nesse contexto, o Brasil tem buscado avançar a discussão sobre crimes ambientais em fóruns multilaterais, incluindo a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo/UNTOC). Como os crimes ambientais não estão explicitamente cobertos pela Convenção—principalmente devido à ausência de uma definição internacional acordada—o Brasil, juntamente com o Peru e a França, apresentou uma proposta para um protocolo específico sob a UNTOC para abordar diretamente essas ofensas.

Os três países identificaram a mineração ilegal, a flora (especialmente a madeira) e a fauna como áreas-chave para protocolos específicos, com o tráfico de resíduos adicionado para refletir as prioridades de outros países. A resolução foi adotada e um grupo de especialistas foi criado para identificar lacunas relevantes no quadro jurídico internacional, bem como possíveis respostas.

## Próximos passos

As discussões e resultados da BCSC-Rio destacam a natureza urgente e multifacetada dos desafios climáticos, ambientais e de segurança humana no Brasil e na região. Embora nem sempre haja consenso sobre os fóruns ideais para abordar os desafios de Clima, Paz e Segurança (CPS), **há um amplo entendimento de que as questões de CPS são reais e urgentes**, e que a cooperação internacional para abordá-las é fundamental.

A questão do crime ambiental está se tornando de grande relevância, não apenas no Brasil, mas também em diversas nações da América Latina e em outras regiões. A função do crime ambiental, tanto na devastação de sumidouros de carbono globais essenciais quanto na erosão da segurança humana, pública e internacional, o torna um elemento crucial na complexa pauta da segurança climática.

Para garantir que esta questão crucial tenha mais destaque na agenda de segurança climática, **precisamos de mais vozes da América Latina e do Caribe (ALC) nas discussões globais**. Abordar esses desafios requer **reconhecer a natureza transnacional dos crimes ambientais** e a responsabilidade compartilhada dos países produtores, mercados compradores e empresas multinacionais cujo equipamento é utilizado nessas atividades criminosas.

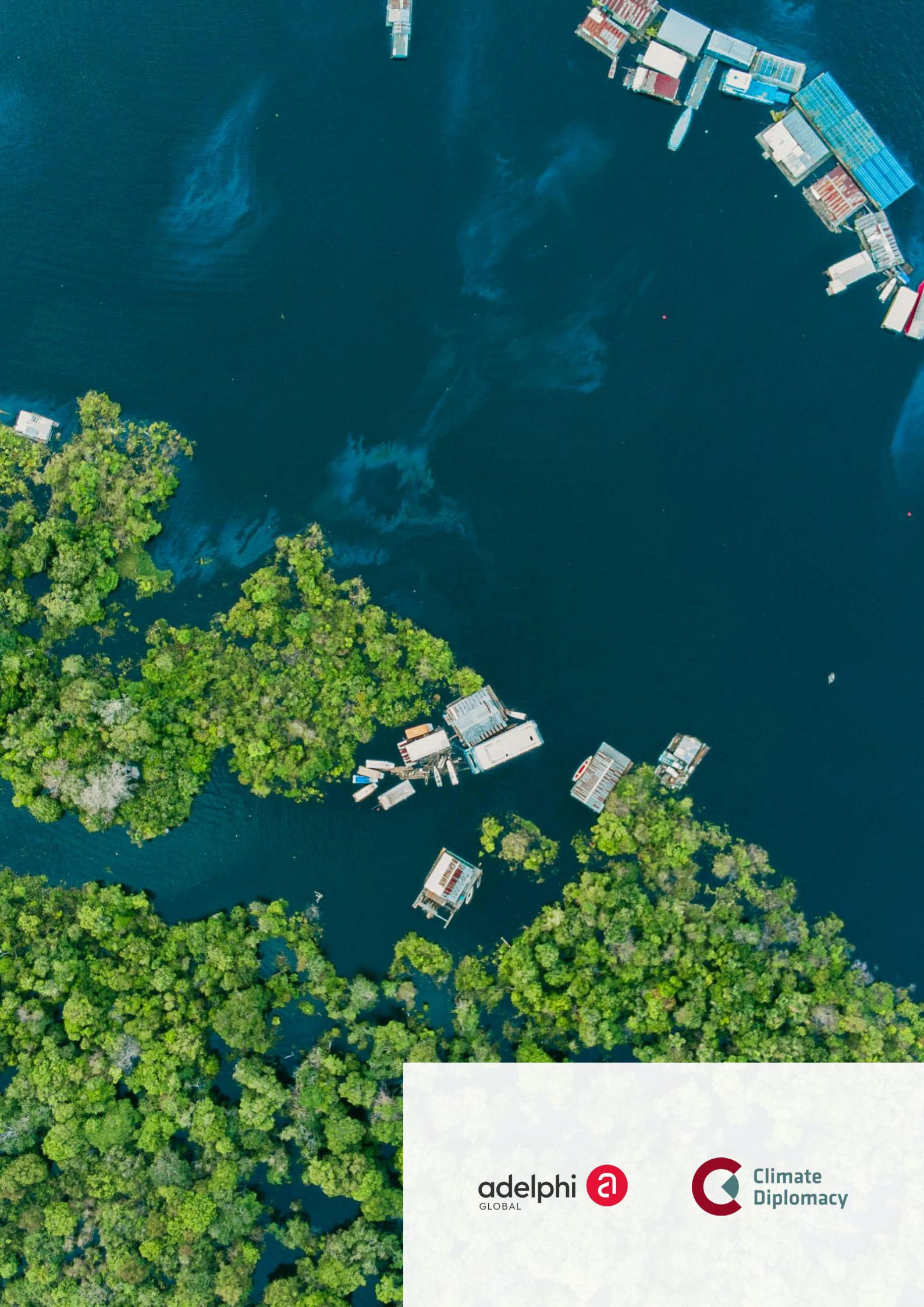
O progresso dependerá do **fortalecimento da capacidade de instituições-chave**, da melhoria da coordenação entre agências e do investimento na aplicação da lei e monitoramento, particularmente no combate ao crime ambiental. Apoiar e capacitar comunidades vulneráveis também deve continuar sendo central. Isso pode ser alcançado, por exemplo, protegendo os direitos à terra, expandindo meios de subsistência sustentáveis e viabilizando o ativismo de base por meio da **proteção dos direitos dos defensores ambientais**.

Também é importante **promover um diálogo inclusivo**, envolvendo um amplo espectro de stakeholders. Existem múltiplos fóruns onde a colaboração com o Brasil pode ser avançada, incluindo o G20, a UNTOC e outras plataformas baseadas em consenso, como a Comissão de Consolidação da Paz. Os parceiros internacionais que busquem se engajar com o Brasil devem compreender o contexto e as sensibilidades específicas do país, procurando alinhar seu apoio às prioridades nacionais, como a segurança alimentar e a conservação sustentável das florestas.

Em última análise, para superar os desafios de segurança climática e humana do Brasil, será necessário **fomentar soluções resilientes, construídas com/pelas comunidades locais** e que superem a distância entre discussões internacionais e realidades locais. Com a aproximação da COP30 no Brasil, é fundamental que os problemas climáticos e de segurança humana sejam abordados nas discussões, além de priorizar ações inclusivas para proteger o planeta e as pessoas.



Congresso Nacional, Brasília © Thandy Yung/unsplash



adelphi  
GLOBAL

Climate  
Diplomacy